

CONTRATO Nº 240/2016
PREGÃO PRESENCIAL N.º 145/2016
Processo LC n.º 226 – Homologado em 21/11/2016

Contrato de Fornecimento que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO** e a empresa **TVSOM COMÉRCIO DE ELETRO-ELETRÔNICOS EIRELI - ME**, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores e na forma abaixo:

CONTRATANTE: Município de Pato Bragado, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.719.472/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito, o senhor **LEOMAR ROHDEN**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 550.079,379-, residente e domiciliado na Rua Guaratuba, Município de Pato Bragado, Estado do Paraná, e;

CONTRATADA: **TVSOM COMÉRCIO DE ELETRO-ELETRÔNICOS EIRELI - ME**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 18.563.813/0001-55, com sede na Avenida Continental, n.º 1347 – Sala 2, Município de Pato Bragado – PR, telefone para contato n.º 45-3282-1768, neste ato representada por seu sócio, o senhor Clóvis Hoffmann, portador da Cédula de Identidade nº. 8.069.014-8 e do CPF/MF nº 099.074.788-30, residente e domiciliado na Cidade de Pato Bragado - PR, acordam e ajustam o presente contrato, nos termos da Lei N.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações subseqüentes e legislação pertinente, Licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N.º 145/2016** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, observações e responsabilidades das partes.

Cláusula primeira - Do objeto

Aquisição de equipamentos e material de escritório para manutenção das atividades do Departamento de Vigilância em Saúde – Secretaria Municipal de Saúde, que atendam as seguintes características:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
01	01	Impressora de etiquetas com código de barras, com processador de no mínimo 200 MHZ de 32 bits, memória de no mínimo 4MB em Flash e 8MB de SDRAM, Conexão via USB 2.0 serial, paralela e ethernet (RJ45), fonte de alimentação 110v/220v externa, sensor de aviso transmissivo, reflexeiro móvel e sensor de fim de ribbon, capacidade de bobina de 5" (127mm) de diâmetro e tipo de mídia, com gap. contínua perfurada marca preta, formulário contínuo, método de impressão por transferência térmica e ou térmica direta, velocidade de no mínimo 6 polegadas por segundo, impressão de códigos de bara no padrão linear: Code 39, Code 93, Code 128UCC,	R\$ 3.320,00

		Code 128 subset A, B, C, Codabar, Interleave 2 of 5, EAN-8, EAN-13, EAN-128, UPC-A, UPC-E, EAN e UPC 2 (5) digits add-on, MSI, Plessey, Postnet, GSI DataBar, Logmars, Bi-Dimensionais: PDF-417, Maxicode, DataMAtrix, QR code, Aztech, impressão de códigos e fontes 8 fontes alfa-numéricas bitmapeada e CG Triumvirate Escalável. Modelo: Impressora de Etiquetas TSC TTP245c, conforme ofício 13LAB16, de 28 de setembro de 2016 do CISCOPAR para impressão de identificação de pacientes em amostras de material para exames, através do sistema GAL do Governo do Estado. MARCA TSC TTP 245-C	
02	01	Câmera digital semiprofissional 16MP, zoom óptico 42x, Zoom digital 4x, tela LCD de 3.0" de 461.000 pontos, cartões de memória compatíveis: SD Memory Card, SDHC Memory Card, SDXC Memory Card, conexões: AV, HDMI, USB, sensor: CMOS de 16 megapixels, lente: Lente Grande Angular de 24 mm, modos de flash: Auto Flash, Manual Ligado/Desligado, menu com idioma em português, alimentação: Bateria recarregável, marcador de data e horário na foto, acessórios: alça para pescoço, cartão de memória com 32GB, guia de instruções em português e certificado de garantia. MARCA CANON POWERSHOT SX520HS	R\$ 2.650,00
03	06	Monitor para computador, tela 19,5", LED, formato 16:9 widwacreen, contraste 5.000.000:1, brilho 200 cd/m ² , resolução máxima 1366 x 768, pixel pitch de 0.3177 (H) x 0.307(V) (mm), suporte de cores 16,7 M, ângulo de visão H:90° / V:65°, frequência horizontal 30 ~ 61 khz, frequência vertical 56 ~ 75 Hz, alimentação externa, cor preto, conector de entrada D-Sub (RGB), acessórios cabo de força padrão brasileiro, adaptador AC, cabo D-Sub, certificado de garantia e manual do usuário em português, assistência técnica no Estado do Paraná. MARCA LG 20M37AA	R\$ 655,00
04	03	Etiquetas adesivas para impressora, em papel Bopp (filme de pilipropileno biorientado), com medidas de 50mm x 30mm, rolo com 1.000 etiquetas. MARCA ETIQUETAS BRASIL	R\$ 80,00
05	04	Ribbon de resina, altamente resistente, aplicável em papel Bopp, rolo de 110mm x 75m de comprimento. MARCA ETIQUETAS BRASIL	R\$ 80,00

- a. **Prazo de entrega:** Em até 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento da autorização de fornecimento.
- b. **Garantia:** 12 meses, contra eventuais defeitos de fabricação, contados da data da entrega dos equipamentos.
- c. **Os produtos a ser (em) fornecida(s) deverá (ão) obedecer às normas e padrões da ABNT e INMETRO, ser de boa qualidade e atender eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.**

Cláusula segunda - Dos documentos aplicáveis e Fiscalização

Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão na Forma Presencial nº 145/2016, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem. A fiscalização deste contrato, ficará à cargo da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira

O valor global a ser praticado neste contrato será de **R\$ 10.460,00 (dez mil quatrocentos e sessenta reais)**. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega do objeto deste contrato.

- a) A Nota Fiscal deverá ser emitida conforme Norma de Procedimento Fiscal expedida pela Receita Federal.
- b) Na Nota Fiscal deverá constar à discriminação dos itens, número da licitação, número do Contrato e outros dados que julgar convenientes, não apresentando rasura e/ou entrelinhas.
- c) A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preços, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz.
- d) A liberação do pagamento fica condicionada a apresentação de Prova de regularidade FISCAL.
- e) O pagamento poderá ser efetuado via transferência Bancária, devendo para tanto a Empresa vencedora informar no ato da Entrega da Nota Fiscal. **SICREDI – AG 0715 – C/C 39717-2.**

Cláusula quarta - Da Vigência do Contrato e do Crédito Orçamentário

O presente contrato tem **vigência de 06 (SEIS) meses**, iniciando-se na data de assinatura deste Termo Contratual, o qual poderá ser renovado caso haja interesse entre as partes. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta dos recursos financeiros disponíveis nas seguintes Dotações Orçamentárias:

02.009 – Fundo Municipal de Saúde

103041450.2071 – Implantação do Programa VIGIASUS

4.4.90.52.35.00.5881 – Equipamentos de Processamento de dados – Fonte 497

4.4.90.52.33.00.5882 – Equipamentos para áudio, vídeo e foto – F 497

§ 1.º Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá manter atualizada a sua Habilitação, conforme exigido no Edital de Licitação, com base no artigo 55, Inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93.

§2.º - Em caso de não cumprimento pela Contratada de qualquer disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução.

Cláusula Quinta – Direitos e Responsabilidades das Partes:

Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas, e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

Cláusula Sexta - Sanções Administrativas para o Caso de Inadimplemento Contratual:

Serão consideradas as seguintes penalidades, sem prejuízo da ação civil e criminal que couber:

a) em caso de atraso injustificado no cumprimento do objeto, será aplicada à Contratada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor contratual, exigível juntamente com o cumprimento das obrigações contratuais, por dia consecutivo de atraso em relação à data prevista para a execução dos serviços, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato; b) pela inexecução total ou parcial do Contrato, o Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas no Artigo 87, da Lei no. 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato; c) multa de 1%(um por cento) do valor contratual quando por ação, omissão ou negligência, a contratada infringir quaisquer das demais obrigações contratuais; d) suspensão do direito de participar em licitações junto à contratante.

Cláusula Sétima – Da Rescisão:

O presente Contrato poderá ser rescindido caso quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da Lei no. 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei 8.666/93.

Cláusula Oitava – Legislação Aplicável

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei no. 8.666/93, de 21 de março de 1993, com as alterações subseqüentes, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

Cláusula Nona – Transmissão de Documentos:

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de protocolo, por correio eletrônico ou mediante transmissão de fac-símile. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

Cláusula Décima – Da Fraude e da Corrupção

O Contratado deve observar, por seus fornecedores e subcontratados, o mais alto padrão de ética durante o processo de execução deste Objeto Contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de execução de contrato;
- c) "**prática colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar a execução do contrato.

e) "**prática obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Contrato; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar O envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o CONTRATADO, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitira que o organismo financeiro *e/ou* pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados a licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Primeira – Casos Omissos:

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 e suas alterações, e dos princípios gerais de direito.

Cláusula Décima Segunda – Do Foro:

Fica eleito o foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para os fins e direito.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Bragado – PR, aos vinte e um dias do mês de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO - CONTRATANTE

Leomar Rohden

TVSOM COMÉRCIO DE ELETRO-ELETRÔNICOS EIRELI - ME – CONTRATADO

Clóvis Hoffmann